

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.390, DE 2015**

Apensados: PL nº 3.597/2015, PL nº 5.016/2016, PL nº 5.096/2016, PL nº 6.449/2016, PL nº 7.689/2017 e PL nº 8.461/2017

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado.

**Autor:** Deputado PASTOR FRANKLIN

**Relatora:** Deputada TABATA AMARAL

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.390, de 2015, apresentado pelo nobre Deputado Pastor Franklin, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado.

A proposição altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, criando um Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com informações de usuários da internet no País e dos sítios da internet que divulguem informações inadequadas a crianças e adolescentes. No referido cadastro, os usuários deverão informar nome, endereço, identidade e CPF, e caberá ao responsável pelo cadastro a verificação, no que for possível, da veracidade das informações.

Além disso, o projeto estabelece a obrigatoriedade de que todos os dispositivos que acessem a internet contenham aplicativo que permita o cadastramento dos usuários, exija a identificação antes de qualquer acesso e impeça a remoção destas funcionalidades. Por fim, a proposta também cria penalidades de multas para o descumprimento de suas disposições.

Ao projeto principal, foram apensados seis outros: 1) o Projeto de Lei nº 3.597, de 2015, de autoria do nobre Deputado Washington Reis, que também propõe alterações ao Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de dificultar o acesso de crianças e adolescentes a sítios de conteúdo adulto na internet; 2) o Projeto de Lei nº 5.016, de 2016, de autoria do nobre Deputado Célio Silveira, que também propõe alteração à Lei 8.609, de 13 de julho de 1990, para obrigar as empresas que prestam serviços de telefonia móvel a implementarem bloqueio prévio ao acesso a determinados conteúdos da Internet ou aplicativos, especialmente sites e aplicativos de relacionamento que contenham conteúdo pornográfico ou que instiguem a violência; 3) o Projeto de Lei nº 5.096, de 2016, também do Deputado Célio Silveira, que dispõe sobre a classificação indicativa automática de vídeos exibidos em sítios de Internet hospedados no País que contenham cenas de sexo ou de violência e dá outras providências; 4) o Projeto de Lei nº 6.449, de 2016, de autoria do nobre Deputado Marcelo Aguiar, que obriga as operadoras que disponibilizam o acesso à rede mundial de computadores a criarem sistema que filtre e interrompa automaticamente na internet todos os conteúdos de sexo virtual, prostituição e sites pornográficos; 5) o Projeto de Lei nº 7.689, de 2017, do nobre Deputado Adérmis Marini, que inclui no Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, dispositivos relativos à educação digital de crianças e adolescentes; e 6) o Projeto de Lei nº 8.461, de 2017, de autoria da nobre Deputada Leandre, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para determinar a comercialização de bens de informática com ferramentas de controle parental previamente instaladas.

A primeira proposta apensa, Projeto de Lei nº 3.597, de 2015, determina que os provedores de acesso deverão controlar o acesso com a verificação do CPF do usuário junto ao sítio da Receita Federal do Brasil. Além disso, obriga que os computadores pessoais e telefones celulares comercializados no País deverão dispor de aplicativo que condicione o acesso a sítios com conteúdo adulto à autenticação e comprovação da idade do usuário.

Já o Projeto de Lei nº 5.016, de 2016, foca nas operadoras de telefonia móvel, exigindo a implementação de filtros ou outros tipos de bloqueio

para acesso a *sites* com conteúdo pornográfico ou com violência. Exige a comprovação de que os usuários tenham, no mínimo, a idade de 18 anos e cria multa para o seu descumprimento.

O Projeto de Lei nº 5.096, de 2016, classifica automaticamente como inadequados para menores de 18 anos todos os vídeos que contenham cenas de sexo ou de violência e exige que sua veiculação somente possa ser efetuada para pessoas previamente cadastradas, com a guarda de cópia de documento de identificação.

O Projeto de Lei nº 6.449, de 2016, institui filtros para a interrupção automática do acesso à internet de conteúdos de sexo virtual, de prostituição e para sites pornográficos, excluindo somente aqueles contratados especificamente pelos assinantes.

O Projeto de Lei nº 7.689, de 2017, prevê a inserção, nos terminais comercializados no País, de aplicação gratuita para controle parental, além do envio, pelo provedor de conexão, de material informativo para educação digital e uso seguro da internet, e da notificação aos pais acerca do uso de aplicação pelos usuários menores.

Por fim, o Projeto de Lei nº 8.461, de 2017, prevê que os bens de informática e automação e aparelhos terminais de telecomunicações com capacidade de tratamento de dados deverão ser comercializados no País com dispositivos ou softwares previamente instalados e de uso gratuito, destinados ao controle parental sobre procedimentos de tratamento da informação e de acesso a redes, inclusive a internet.

A matéria foi distribuída para as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Seguridade Social e Família, para análise e apreciação de mérito, e para as Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise quanto aos pressupostos de admissibilidade relativos àquelas Comissões. Nesta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, foi aberto o prazo de cinco sessões para a apresentação de emendas à matéria. Esgotado o prazo, não foram apresentadas emendas. Da mesma forma, foram abertos iguais

prazos para emendas aos substitutivos anteriores, que também não receberam emendas.

Cabe, regimentalmente, a esta Comissão manifestar-se sobre os projetos de lei em epígrafe, sob a ótica do que prescreve o inciso III do artigo 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Em todo o mundo, esforços têm sido feitos no sentido de proteger crianças e adolescentes, em função do estágio de formação e de maturidade próprios de sua idade. No Brasil, a Constituição Federal também assegura a proteção especial a nossas crianças e a nossos adolescentes.

Como decorrência desta proteção constitucional, o Congresso Nacional aprovou, no ano de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, importante marco legal que disciplina em detalhes todo o cuidado que o Estado deve garantir às crianças e aos adolescentes em nosso País. No entanto, com o passar dos anos e, principalmente, com a crescente utilização da internet por crianças e adolescentes, novas realidades têm demandado uma constante atualização do texto do Estatuto.

Este é exatamente o propósito das iniciativas em análise. Ao propor a criação do Cadastro Nacional de Acesso à Internet, o ilustre Autor do projeto principal pretende estabelecer os meios necessários para a proteção das famílias contra conteúdos inadequados ou impróprios para menores de idade.

Louvamos as intenções do nobre autor da matéria. Contudo, do ponto de vista técnico, tanto a proposição principal quanto alguns dos seus apensos apresentam regramentos de difícil execução prática. A exigência do estabelecimento de uma página intermediária de acesso, na qual seria necessário apresentar número de CPF ou de identidade, deve gerar não apenas um mecanismo de fácil burla como colocar em risco dados sensíveis dos cidadãos. Além disso, entendemos que tal prática não se coadunaria à

recém-aprovada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 2018), em especial ao fundamento da autodeterminação informativa.

Em linhas gerais, quatro dos projetos apensados padecem dos mesmos problemas técnicos apontados na proposição principal. O primeiro deles, PL nº 3.597, de 2015, determina que os provedores de acesso deverão controlar o acesso com a verificação do CPF do usuário junto ao sítio da Receita Federal do Brasil. O PL 5096/2016, por sua vez, inova ao classificar automaticamente todo vídeo exibido em sítios de internet e que contenha cenas de sexo ou de violência como inadequado para menores de 18 anos. Para que o objetivo de impedir o acesso de crianças e de adolescentes seja alcançado, o acesso somente seria liberado para usuários previamente cadastrados, retendo-se uma cópia do documento de identidade. O terceiro deles, PL 5016/2016, exige que, na comercialização de qualquer pacote de dados por operadora de telefonia móvel, sejam implementados mecanismos de bloqueio ou filtro a sites ou aplicativos que contenham conteúdo impróprio para crianças e adolescentes. A liberação somente seria concedida com o pedido e a comprovação documental de que o usuário seja maior de 18 anos. Por fim, o PL 6449/2016 obriga a criação de filtros automáticos para conteúdo de sexo virtual, de prostituição e para acesso a sites pornográficos. Em todos esses casos, entendemos que os mecanismos propostos, além da dificuldade técnica de sua implementação, são lesivos ao direito à privacidade no trato de dados pessoais, além de ferir o fundamento da autodeterminação informativa.

Já os dois demais projetos apensados optam por uma solução tecnológica alternativa, baseada na disponibilização de aplicativos de bloqueio a conteúdos inadequados. Tais aplicativos poderiam ser configurados pelos pais dos menores, que ficariam responsáveis por determinar os graus de restrição e os tipos de conteúdo eventualmente bloqueados. Trata-se dos projetos de lei PL 7689/2017, que pretende alterar o Marco Civil da Internet, exigindo que os terminais fabricados no Brasil contenham aplicação gratuita para controle parental; e o PL 8461/2017, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar que os bens de informática e automação e aparelhos terminais de telecomunicações com capacidade de tratamento de dados devam ser comercializados no País com dispositivos ou softwares

previamente instalados e de uso gratuito, destinados ao controle parental sobre procedimentos de tratamento da informação e de acesso a redes, inclusive a internet.

Em nossa análise, as regras contidas nos PLs 7689 e 8461, ambos de 2017, são mais adequadas tecnicamente do que as que determinam a criação de cadastros para acesso a conteúdo adulto ou as que condicionam o acesso a tais produtos ao fornecimento de informações pessoais, tais como número de identidade e CPF. Há uma ampla gama de aplicativos de controle parental à disposição no mercado, que têm se mostrado bastante efetivos na limitação do acesso de crianças e adolescentes a conteúdos inadequados. Ademais, ressaltamos que diversas dessas soluções tecnológicas são ofertadas por meio de aplicativos gratuitos ou de custo bastante reduzido. A obrigação de que fabricantes e importadores de celulares, tablets, computadores ou outros equipamentos com acesso à internet ofereçam tais aplicativos embarcados de fábrica, portanto, deve redundar em um aumento de custo de produção irrisório, sem impacto significativo na cadeia produtiva do setor.

Por todo o exposto, votamos pela **REJEIÇÃO** da proposição principal, Projeto de Lei nº 2.390, de 2015, e pela **REJEIÇÃO** de quatro dos seus apensos: Projeto de Lei nº 3.597, de 2015, Projeto de Lei nº 5.016, de 2016, Projeto de Lei nº 5.096, de 2016 e Projeto de Lei nº 6.449, de 2016. Votamos, ainda, pela **APROVAÇÃO** dos dois apensos restantes: Projeto de Lei nº 7.689, de 2017 e Projeto de Lei nº 8.461, de 2017, na forma do Substitutivo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputada TABATA AMARAL  
Relatora

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.390, DE 2015**

Apensados: PL nº 3.597/2015, PL nº 5.016/2016, PL nº 5.096/2016, PL nº 6.449/2016, PL nº 7.689/2017 e PL nº 8.461/2017

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para estabelecer mecanismos de bloqueio do acesso de crianças e adolescentes a sítios com conteúdo impróprio ou inadequado para essa faixa etária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para estabelecer mecanismos de bloqueio do acesso de crianças e adolescentes a sítios com conteúdo impróprio ou inadequado para essa faixa etária.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 79-A:

Art. 79-A. Os equipamentos eletrônicos de uso pessoal comercializados no País que permitam acesso à internet, fabricados no Brasil ou importados, deverão ser embarcados com aplicativo que bloqueie automaticamente o acesso de crianças e adolescentes a sítios com conteúdo impróprio ou inadequado para essa faixa etária.

Parágrafo único: os manuais de instruções que acompanhem os produtos previstos no caput deverão trazer orientações sobre instalação, configuração e operação dos aplicativos de bloqueio do acesso de crianças e adolescentes a sítios com conteúdo impróprio ou inadequado para essa faixa etária.

Art 3º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputada TABATA AMARAL

## Relatora

2019-10767